

A organização mercantil no Império Português: as atividades de Francisco Pinheiro nos circuitos intra-ultramarinos do comércio mineiro e carioca com a costa africana no século XVIII

Artur José Renda Vitorino*

1. Introdução

O presente estudo tematizará o papel dos mercadores em uma economia cujo centro dinâmico repousava nas atividades comerciais exportadoras e importadoras. Mais especificamente, a nossa reflexão recairá sobre as ações deliberadas por Francisco Pinheiro (1695-1749), mercador lisboeta que através de seus representantes de confiança realizou seus negócios nos continentes europeu, americano, africano e asiático durante a primeira metade do século XVIII.

Francisco Pinheiro, que pouco saiu dos arredores de Lisboa¹, enviou comissários de sua confiança para as mais diversas localidades nesses quatro continentes. Para os portos e localidades na América lusa, entre os seus agentes e comissários estavam, entre outros, seu irmão, seu cunhado, sobrinhos, um patrício e um italiano. Com o fim de acompanhar e controlar os seus agentes comissionados, o analfabeto Francisco Pinheiro enviava para eles e recebia deles correspondências de negócios que foram trocadas entre 1712 e 1744. Esta documentação, que se encontrava depositada no Arquivo do Hospital de São José, antigo Hospital Real de Todos os Santos de Lisboa, foi transferida para os Arquivos Nacionais da Torre do Tombo.² Através do auspicioso trabalho realizado por Luís Lisanti Filho, essa correspondência ativa e passiva de negócio de Francisco Pinheiro foi publicada no Brasil pelo Ministério da Fazenda (LISANTI Filho: 1973).³

Afunilando um pouco mais, aqui vamos nos ater aos grandes negócios que Francisco Pinheiro realizava na África e na América lusitanas, a fim de verificar as possibilidades de mensurar a taxa de lucro da atividade negreira, o tráfico de negros escravos africanos transacionados para o Novo Mundo. A nossa curiosidade recaiu sobre as implicações

* Faculdade de História/Puc-Campinas

¹ -Conforme Honda (2004, p. 69), “aparentemente [Francisco Pinheiro] não saiu dos arredores dessa cidade [Lisboa], [pois] não há nenhuma indicação mais precisa nesse aspecto na documentação analisada, apenas diz ‘[...] *me fui para fora da terra*’ algumas vezes”.

² -Como Francisco Pinheiro não tinha herdeiros diretos, ao falecer em 1749, a maior parte de sua fortuna e seus documentos passou para o Hospital Real de Todos os Santos de Lisboa. De acordo com Furtado (2006, p. 135), a documentação de Francisco Pinheiro que foi transferida para os Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, encontra-se indisponível para a consulta.

³ -Em nota, Lisanti Filho assevera, no entanto, que parte da documentação referente a Francisco Pinheiro se perdeu, e por isso há lacunas nessa série documental manuscrita que fôra coligida e transcrita para a sua publicação impressa.

econômicas do tráfico de negros porque, especialmente, em Fernando Antonio Novais (1974), na perspectiva do seu arcabouço teórico sobre o “Antigo Sistema Colonial”, o tráfico de negros é interpretado como o mecanismo criado para abastecer de escravos a economia colonial no Novo Mundo, no sentido de realizar a acumulação primitiva de capital para o capitalismo moderno e cosmopolita do centro europeu. Deste modo, ao estabelecer que toda montagem da colonização se prendeu aos movimentos do capital comercial, Fernando A. Novais compreende e explica a emergência da escravidão africana colonial *a partir* do tráfico negroiro.

2. Francisco Pinheiro e o trato negroiro

A descoberta do ouro na virada do século XVII para o XVIII na América lusitana, foi um fenômeno histórico que causou nela diversas e intensas mudanças de ordem demográfica, econômica, territorial e política. Ao ser propagado e confirmado a informação de que em terras no interior da então Capitania do Rio de Janeiro – depois de mudanças administrativas, a região pertenceria à Capitania de Minas em 1720 – havia ouro e diamantes, essa região tornou-se o pólo dinâmico da economia colonial durante pelo menos cinquenta anos. Como uma força centrípeta, para lá começam a ser deslocar um crescente afluxo de pessoas oriundas de Portugal e de regiões as mais recônditas na América lusitana.

Assim como a invasão holandesa em Pernambuco no século XVII revirou e trouxe à tona os empreendimentos coloniais portugueses e luso-brasílicos localizados nas duas margens do Atlântico sul (ALENCASTRO, 2000), a descoberta e conseqüente exploração de ouro em Minas Gerais, a partir do final desse século, também sacudiu a vida colonial portuguesa, porém com mais intensidade na porção interior do território, ao alterar a geografia e a sociedade colonial na América portuguesa.

Dessa forma, ocorreu a emergência de um vasto polígono mineiro cobrindo o Mato Grosso, Goiás, Pernambuco e centrado em Minas Gerais, gerando o crescimento demográfico e a disseminação de uma grande população por territórios antes inabitados pelos colonos, em um vasto movimento para a construção de caminhos e de novos pólos urbanos e sociais no interior do território na América portuguesa. Esse movimento, destacou Alencastro,

[...] está vinculado às atividades de 1.700.000 africanos desembarcados na colônia [da América portuguesa] ao longo do século XVIII. Atente-se para o fato de que o crescimento do polígono mineiro no interior e a manutenção das atividades agrícolas no litoral, só puderam ser levados a cabo *simultaneamente* por causa da intensificação do tráfico negroiro. Neste período, todas as regiões da América portuguesa, do Pará ao Rio Grande do Sul, estão conectadas ao comércio de escravos que envolvem de novo a Guiné Bissau e se expande no Golfo de Guiné em Angola.” (ALENCASTRO: 2006, p. 2).

Francisco Pinheiro atuou no *negócio* negreiro. Sua rede de atuação ligava a Costa da Mina com Minas Gerais, passando por Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Apesar de este comércio mostrar-se custoso e altamente lucrativo para todas as pessoas e segmentos nele envolvidos, quer seja o grande negociante, quer seus agentes locais, quer mesmo o capitão do navio encarregado de realizar a viagem atlântica (MATHIAS: 2007, p. 198), as conveniências comerciais de Francisco Pinheiro primeiramente o ligaram, mas depois acabaram por afastá-lo desse rendoso negócio.

Para realizar operação no comércio de escravos, Francisco Pinheiro obteve provisão régia para comércio na costa da Mina e na Guiné em 17 de agosto de 1709. Porém antes desta provisão, o capital de navio Antônio Cubellos foi incumbido por Francisco Pinheiro a empregar o produto da venda das mercadorias embarcadas em Lisboa na compra de “negros machos e os melhores” [carta de Francisco Pinheiro. Lisboa, 20/08/1707]. Ainda por estas instruções, é dito que os escravos deveriam ser vendidos no Rio de Janeiro “pello mais alto preço que puder e o seu liquido rendimento” seria remetido para Lisboa “em barras de ouro ou em moedas de ouro”. Os negócios confiados a Cubellos por Francisco Pinheiro seguiram até que no Rio de Janeiro, quando do ataque dos franceses de Duguay-Trouin, em setembro de 1711 (BICALHO: 2003, pp. 268-279), Cubellos aproveitou-se dos tumultos causados pela invasão do Rio de Janeiro pelos bucaneiros franceses e fugiu com os negros que ele havia trazido da Costa da Mina. De acordo com Lourenço Antunes Vianna, em carta de 25/04/1712 dirigida do Rio de Janeiro para Francisco Pinheiro,

A V.M. avizei o grandiozo danno que VM, esprementou e em primeiro lugar com a perda do navio em que veio o Cubellos que se foi ao fundo, ou o meterão os francezes e juntamente que o dito Cobellos [sic] assim que chegou a frota se partoi p.^a as minas escondidamente sentindo que viesse procuração como assim succedeo [...] (LISANTI Filho: 1973, vol.2, p. 8).

Conforme atestou de Lisboa Francisco Pinheiro, em carta datada de 21/03/1711, esse carregamento efetuado por Cubellos na Costa da Mina era formado por “68 escravos e delles vejo o ter falecido 23 e estarem em ser 43 queira Deos que os d.^{os} que ficarão vivo tenha feita venda com preços de aubmentos p.^a que com o avanço possa restituir a perda dos mortos como tãobem a faz.da que V. M. trouxe em sua comp^a” (LISANTI Filho: 1973, vol.1, p.---).

Depois do seu sumiço, Cubellos andou fugindo constantemente das tentativas de cobrança por parte dos correspondentes de Francisco Pinheiro. Foi o que informou Francisco Pinheiro Netto do Rio de Janeiro, ao dizer em carta datada de 09/01/1713 que Cubellos teria fugido para os “currais da B.^a” (LISANTI Filho: 1973, vol.2, p. 17). Em diversos momentos, Francisco Pinheiro insistia, através de correspondências, para que os seus representantes

comerciais lhe transmitissem informações do paradeiro de Cubellos, a fim dele “de conta do q. me deve, e p.^a que o prenda e fiquem os seus bens sequestrados confor me ao precatório que remeti” – escrevia, em 22/10/1713, Pinheiro para Manoel Nogueira da Silva, então na Bahia (LISANTI Filho: 1973, vol. 4, pp. 569-10). Após vários anos, Francisco Pinheiro ainda pedia aos seus comissários em Minas Gerais que ficassem atentos e localizassem Cubello, que “fugio p.^a essas minas com hua partida de negros meus q. da Costa da Mina havia trazido” (LISANTI Filho: 1973, vol. 4, p. 648). Essa insistência de Francisco Pinheiro para que os seus representantes comerciais na América portuguesa se mantivessem atentos sobre o paradeiro de Cubellos, causou uma série de desavenças dele para com os seus parentes comissionados em vários lugares na América lusitana.

Mesmo diante desse prejuízo, Francisco Pinheiro não desistiu de negociar na África e de lá trazer negros africanos para serem comercializados desse lado do Atlântico. É como podemos notar na carta datada de 21/03/1711 de Francisco Pinheiro remetida para o Rio de Janeiro a Lourenço Antunes Vianna:

[...] faso a VM. Avizo nesta ocasião remeto hum navio p.^a Angolla, que por nome lhe chamão Nossa S.ra do Bom Suseso e S. Ant.o capp.am João Vicente dos S.tos o qual leva carreg.am p.^a vender em Angolla, e fazer escravos em o Loando de que vai por mestre hum irmão meu e por escrivão Manoel Nugr.^a e de Angolla há de remeter algumas letras da carreg.am que levão pa vender na d.^a Cid.e de Angolla a VM p.^a que VM. me faca favor de as mandar cobrar e remeter o seu proced.o em oiro com comboios apanhando la a frota, e trazendo Deos a salvam.to ahi o d.o navio VM.me fasa favor de lhe dar ajutório em tudo e os encaminhar em o que fo mais conveniente p.^a a venda dos d.os escravos que em tudo lhe vivirei obrigado espeo nesta com em tudo obre como o seu &.^a (LISANTI Filho: 1973, vol.4, p. 686).

A referência ao irmão de Francisco Pinheiro, tratava-se de Antonio Pinheiro Netto, que havia partido de Lisboa para Luanda em companhia de Manoel Nogueira da Silva com uma cargação em março de 1711. Após uma viagem de 43 dias, ele se instalou no Rio de Janeiro em 12 de julho 1712, donde informou que eles chegaram com:

[...] a carreg. am a este porto com des cabeças mortas no mar e tres q. tem morrido em terra e eu por n/ao ficar de fora de des q trazia por minha conta entre grandes e pequenos tãobem me moreu hua mas graças a Deos que não forão mais q. as que ficarão cobrirão a morta e ainda a de ficar alguma coiza. Mas a mullequas ainda athe agora estão em ser huns brincso q. tantos as tem nesta terra procurado e sendo ellas pequenas me chegarão a prometer 110.000 reis por cada hua mas nem q. me derão duz. tos a levarão. Os negros da carreg.cam vão se vendendo conforme elles são mas todos pasão de sem mil reis p.^a sima e a maior parte dellas custarão a 50 mil reis e a sincoenta e hum e alguns ainda q. poucos a 70 mil reis e os duentes se vão vendendo pello q. podemos e se não acharemos a terra ta roubada ainda se avião de vender por mais altos preços porq.a m.to tempo q. não vem navios de negros mas viemos em m.to boa ocasião p.^a venderemos e athe oje 21 de julho estão vendidos 45 todos com o dinhr.^o na mão e espero e Deus que por todo este mês avemos ficar sem nenhuns e com o dinhr.^o de V.M. embocado (LISANTI Filho: 1973, vol.2, p. 10).

Nota-se, em escritos como o transcrito acima, que a percepção dos homens de negócio portugueses nesse período eram pragmáticas, ao apontar como era lucrativo o carregamento de homens africanos escravizados para a América lusitana. A faina realizada desde a saída de Portugal rumo à África e à América lusitana somente resultava positivamente em elevados lucros porque o trabalho foi realizado diuturnamente. Mas mesmo assim, em última instância, a fortuna da operação era creditada à graça divina – “graças a Deos”. E “graças a Deus” os escravos eram vendidos e seus respectivos lucros eram remetidos em ouro para Lisboa. Em apenas nove dias, desde o desembarque no Rio de Janeiro, 45 escravos haviam sido vendidos em dinheiro, e essa rapidez na venda foi provocada pelo grande intervalo de tempo desde que o último carregamento de negros escravos provenientes da costa africana ali desembarcara as “peças” para o trabalho nas minas.

Pelos valores estimados no documento acima, as “mollecas” poderiam ser vendidas até a 110 mil réis, valor equiparado aos homens carregadores, que atingiram o valor de 100 mil réis ou até mais; o dobro, portanto, do custo deles, de 50 mil réis – afora os poucos escravos que custaram 70 mil réis. E até os escravos doentes tinham seu mercado!

Porém, esses dados numéricos são insuficientes para termos seguras estimativas do montante de lucro auferido no negócio negreiro por Francisco Pinheiro. Embora encontremos, conforme vimos acima, na documentação de Francisco Pinheiro uma quantidade apreciável de informações, as mais diversas, sobre escravos; das carregações de escravos que foram feitas, apenas uma delas apresenta informes amplos e completos. É dela que tomamos os elementos para apresentar o que se segue.

3- O carregamento de escravos de 1714

Em 19 de setembro de 1714 saiu de Lisboa uma *galera casco francês* com destino à Costa da Mina com a missão de transportar 300 ou 400 cabeças de escravos por conta e risco de Francisco Pinheiro. Esta atividade, não teve, de início, a participação de Antônio Pinheiro Netto, que do Rio de Janeiro fez reclamações ao ser preterido de tal negócio: “Do navio que diz VM mandou a Costa da Mina VM não quisesse me fazer mercê de mo consignar, nem por isso havíamos de ficar inimigos [...] admiro-me muito que pondo eu pelas coisas de VM a vida não faça VM também pela minha alguma coisa” (LISANTI Filho: 1973, v. 2, p. 48). A falta de tino comercial atribuída a Antônio Pinheiro Netto por seu irmão chegara ao ponto dele alertar os seus contatos no Rio de Janeiro para estarem de prontidão para o recebimento do carregamento no porto. Ao mesmo tempo, Francisco Pinheiro mandava cartas para Baltazar da Rocha Araújo para que da Bahia ficasse também de

prontidão, no caso de o navio se desviar da rota “por causa de temporal ou de outro qualquer acidente e arribe a essa Bahia” (LISANTI Filho: 1973, v. 4, p. 573); nesse caso, “[...] indo o navio a essa cidade grande favor em fará VM em querer tomar conta dele” (LISANTI Filho: 1973, v. 4, p. 574).

Ainda que estivesse instalado no Rio de Janeiro desde 1712, a pouca prática do comércio alegada pelo próprio Antonio Pinheiro Netto fez com que Francisco Pinheiro o protelasse e ficasse a favor do caixeiro João Deniz de Azevedo, que havia feito viagens entre Portugal, África e Brasil, em negócios de escravos. Nesse carregamento iniciado em 1714, João Deniz de Azevedo relatou o seguinte:

De São João Batista d. Ajuda enviei duas; uma feita em 13 de dezembro de 1714 e a outra em 1º de fevereiro passado. Logo depois veio novas da praia, caiu um raio no nosso navio, partiu o mastro traquete, mastaréu e matou o contramestre, mas no dia 8 de fevereiro partimos da Judá e no dia 26 de fevereiro chegamos a vista da Ilha do Ano Bom e se deu balanço aos mantimentos e achei eu que havia mantimentos para 45 dias largamente [...] alguns diziam que fossemos a Ilha, O Capitão veio ver comigo [...] eu lhes respondi que quando saímos de Lisboa foi com intenção de carregar 400 escravos e a fortuna foi tal que somente carregamos 173 [...] me disse que desse eu meu parecer [...] disse que tinha o mantimento [...] ele disse que eu que não sabia a demora que havia nessa viagem por nunca a ter feito [...] o capitão disse que a demora poderia ser de 2 dias e o gasto de 10\$ rs, enfim foram a ilha e tomaram uma pouca de farinha no que se gastaram 20\$ rs e saímos da ilha em 4ª feira de cinza que foi em 6 de março e viemos seguindo nossa viagem e chegamos a esta cidade domingo de ramos que foi 14 de abril, no mesmo dia desci para terra para falar com [Antônio] Pinheiro Netto, dei a conta dos escravos, morreram no mar 4 escravos e os que chegaram a salvamento com vida a esta cidade foram 112 entre grandes e pequenos machos e fêmeas e alguns doentes e cegos de dor de olhos; dor que tive também e atormentou bastante mas graças a Deus fiquei com minha vista” (LISANTI Filho: 1973, v. 2, p. 50).

Com carregamento de escravos, esse barco denominado “Nossa Senhora da Atalaia e Santo Antônio”, chegou ao Rio de Janeiro em 14 de abril de 1715. Como era costume, os negros africanos tinham todos marcados no lado direito do peito a marca de ferro do comerciante em nome de quem se fazia a operação (LISANTI Filho: 1973, v. 2, p. 170). Diferentemente do número anterior de escravos a serem transportados (de 300 a 400 escravos), os documentos ora indicam um total de 160 escravos, sendo que destes 116 eram por conta de Francisco Pinheiro (e a diferença correspondia aos escravos embarcados por conta de terceiros - “de partes” -, que eram os membros da tripulação e/ou outros - cujas informações não temos); ora, como vimos acima, ao invés de 116, João Deniz de Azevedo afirma ter entregado ao seu sócio no Rio de Janeiro, Antônio Pinheiro Netto, 112 escravos. Ao que tudo indica, a diferença recaía sobre os 4 escravos que morreram no mar. Em terra, morreu um moleque; e outros escravos tiveram os seguintes problemas: um deles estava cego de um olho, uma senhora mais velha estava “torta” e também cega de um olho; e um escravo

moço havia contraído bexigas. Conforme comentou o capitão do navio Nossa Senhora da Atalaia e Santo Antônio”, Jozeph Vieira Marques, dos 112 escravos aportados no Rio de Janeiro, muitos deles conseguiram se livrar do “contágio de bexigas” (LISANTI Filho: 1973, v. 2, p. 237).

Desse total de 116 africanos escravos pertencentes a Francisco Pinheiro, 4 morreram no mar, um morreu em terra, um outro foi considerado cego e inválido para faina diária, e um moleque foi remetido para Lisboa, resultando, assim, 109 africanos. Todos provenientes da Costa da Mina – para os contemporâneos havia grande preferência dada ao escravo “mina” em relação ao escravo “angola”, pois aquele era tido como mais forte e apto para o trabalho nas minas, porém ao ser ativo ele também era considerado mais rebelde ao cativoiro – estavam assim distribuídos quanto à estrutura etária, sexo, valor e quantidade:

Idade	Sexo Masculino		Sexo Feminino		Quant. Total
	Quantidade	Preço Médio (rs)	Quantidade	Preço Médio (rs)	
Até 7 anos	8	57.750	5	57.609	13
8-14	6	89.000	2	74.000	8
15-19	18	120.080	18	118.188	36
20-35	33	149.348	8	92.500	41
36 e mais	2	45.000	9	75.855	11
Total	67		42		109

(Fonte: LISANTI Filho, Luís. *Negócios coloniais* (Uma correspondência comercial do século XVIII). Brasília, Ministério da Fazenda; São Paulo, Visão Editorial, 1973, v. 2, pp. 168-185, Carta 287, Maço 18)

Antes de comentarmos os dados acima, convém ter em mente que as variações de idade apresentadas na documentação e postas no quadro acima foram aferidas pelos contemporâneos a partir da aparência física do escravo, pois se tratava de pessoas que foram tiradas de sua vida na África e, portanto, não se conhecia a informação correta sobre o número de anos de cada um. Quanto à quantidade, nota-se, de modo geral, a primazia que era dada a escravos do sexo masculino. E quando comparada a quantidade referente aos dois sexos à idade de ambos, as preferências eram definidas pela faixa dos 15 aos 35 anos, mas com uma diferença: enquanto a faixa de idade do sexo feminino recaía dos 15 aos 19 anos, o do sexo masculino era definido pela faixa dos 20 aos 35 anos. Nessa faixa dos 15 aos 35 anos estavam 77 escravos, isto é, 70,64% do total. Este percentual parece refletir uma demanda delimitada pelo interesse por escravos que estivessem em suas plenas capacidades físicas: o escravo, quando homem adulto para ser plenamente utilizado na produção; e a escrava, na adolescência (no sentido biológico), por suas possibilidades na geração de mais escravos – além da preferência dada pelo mineiro à companheira escrava de origem mina (LISANTI Filho: 1973, v. 1, p. DX).

Com referência à relação entre estrutura etária e preços médios (em réis), os dados acima evidenciam que o escravo homem adulto era o que consiga o valor mais alto. Mas quando comparado os dois sexos dos escravos, há diferenças: no sexo feminino é na faixa de idade 15 e 19 anos (adolescência) a que ela alcança maior preço; e, no tocante ao preço dos escravos “velhos” (36 anos e mais), a escrava teve uma queda menos brusca no preço em relação ao escravo da mesma faixa etária – o que pode refletir o interesse na utilização das escravas “velhas” em serviços domésticos, contrário aos interesses de utilizar o escravo somente na idade plenamente produtivo e rentável. Sobre as crianças compreendidas até a idade de 14 anos: o número de meninos correspondia o dobro do número de meninas, e os valores correspondentes são bastante próximos até a idade de 7 anos; a partir desta idade até 14 anos, os meninos alcançam maior preço – diferença de 15000 réis.

Ainda sobre o carregamento de escravos que chegou ao porto do Rio de Janeiro em 14 de abril de 1715, a documentação nos indica que os alimentos fornecidos ao contingente recém-chegado foram feijão, farinha, água e sal. Essa documentação também traz informações sobre as despesas na manutenção dos escravos no Rio de Janeiro, enquanto eram aguardadas ou iam sendo feitas as vendas. Essas informações seguem no quadro abaixo, e são específicas aos itens: alimentação, vestuário, saúde, alfândega e outras, no período correspondente à venda dos escravos, que deve ter sido feita entre 15 e 20 dias – conforme indica a documentação.

	Despesas com Escravos, Rio de Janeiro – 1715	
	Valor (réis)	Percentual - %
Alimentação	13.740	14,1
Vestuário	10.960	11,3
Saúde	16.240	16,7
Alfândega	49.920	51,2
Outras	6.560	6,7
Total	97.420	100,0

(Fonte: LISANTI Filho, Luís. *Negócios coloniais* (Uma correspondência comercial do século XVIII). Brasília, Ministério da Fazenda; São Paulo, Visão Editorial, 1973, v. 2, pp. 168-185, Carta 287, Maço 18)

Os gastos acima com os escravos do Rio de Janeiro, o montante totalizando 97.420 réis, o item “alimentação” incluiu não somente alimentos, mas também as despesas com água; o item “vestuário” abarcou também as esteiras para dormir; o item “saúde”, abrangeu a “vezita da saúde” –, o custo de um cirurgião para dar 8 sangrias em um negro doente dos olhos; e o item “outros” formaram os gastos com uma candeia para iluminação, lenha, aniagem para fazer tangas. Nota-se que entre os gastos diretamente realizados com os escravos, a ordem de prioridade foi: “saúde”, “alimentação” e “vestuário”; contudo, o maior

gasto foi com a alfândega, que representava 50% de todas as despesas na manutenção dos escravos no Rio de Janeiro, enquanto eram aguardadas ou iam sendo feitas as vendas.

No período correspondente à venda dos escravos desse lote de 1715, no primeiro dia foram vendidos 43 escravos, e ao cabo de 10 dias foram vendidos 99. O que explica os baixos gastos com a manutenção dos escravos, enquanto eram aguardadas ou iam sendo feitas as vendas deles. Além disso, o escravo, naquele momento, era um bom negócio; pois mesmo que o navio negreiro tenha chegado ao instante da frota, mesmo assim a venda foi rápida e “por bons preços” – o que nos leva a presumir que na época da frota as transações de todo tipo e os capitais buscavam então as inversões cujos retornos fossem os mais compensadores.

Os dez escravos restantes foram vendidos por preços bem menores e suas vendas foram realizadas em um espaço de tempo maior. Entre os dez ainda não negociados encontravam-se: uma negra “velha”, três moleconas e um negro barbado (sic), dois negros barbados fiados (sic), um negro moço que teve bexigas (varíola) em terra, uma negra velha cega de um olho, e, por fim, um negro também cego de um olho e com um “grande defeito” (sic).

Ainda quanto aos gastos, além daqueles que tiveram a soma de 97.420 réis, esse lote de 1715 ainda contabilizava as comissões divididas da seguinte forma:

Discriminação	Valor (réis)	Total (réis)	Total da Operação (réis)
O que se gastaram com os negros nos 20 dias	97.420		
Comissão para o Capitão Jozeph Vieira Marques	555.375		
Comissão para Antônio Pinheiro Netto	388.764		
Comissão para João Deniz de Azevedo	388.764		
Gastos Gerais (réis)	1.430.023		
Líquido rendimento		9.677.198	
Valor Total do Carregamento			11.107.221

(Fonte: LISANTI Filho, Luís. *Negócios coloniais* (Uma correspondência comercial do século XVIII). Brasília, Ministério da Fazenda; São Paulo, Visão Editorial, 1973, v. 2, pp. 168-185, Carta 287, Maço 18)

Ao observarmos o quadro acima, não podemos concluir apressadamente que o lucro do comerciante tivesse a dimensão apresentada acima - conforme podia ser verificada na contabilidade realizada por Antônio Pinheiro Netto. Isso porque não constava nessa contabilidade o preço da compra do escravo na costa africana. E ainda há de se levar em conta que o preço do escravo era apenas uma parcela do custo de uma carga de escravo. Havia muitas outras grandes despesas – que também não entraram na contabilidade efetuada por Antônio Pinheiro Netto – como o valor do uso do navio e sua depreciação; os ordenados dos oficiais e da tripulação (uma tripulação que era, em geral, o dobro de um barco do mesmo porte engajado em outro tipo de comércio) – na contabilidade de Pinheiro Netto somente

havia a comissão do capitão do navio -; as taxas pagas às autoridades africanas para que o barco pudesse comerciar em seus portos; o imposto cobrado por elas sobre cada escravo vendido; os presentes aos reis, régulos e seus representantes africanos; os gastos com água e alimentos, que tinham de ser armazenados em enormes quantidades no navio; o pagamento do seguro; a perda de vidas durante a travessia; e o suborno a funcionários no porto de desembarque no Rio de Janeiro, para que a carga fosse mais rapidamente desembarçada. Por falta dessas informações, não há como calcular o lucro de uma viagem negreira; e, por extensão, mensurar o lucro do traficante Francisco Pinheiro. Por sua vez, é bastante compreensível o temor de Francisco Pinheiro de ter os seus negócios no Rio de Janeiro nas mãos do seu irmão Antônio Pinheiro Netto.

Tudo faz crer que na época o tráfico de escravo lograva um retorno alto quando comparado com qualquer outro tipo de operação (FLORENTINO, RIBEIRO e SILVA: 2004), porque mesmo com as perdas que já lhe haviam sido feitas pelo capital Antônio de Cubellos nos idos de 1711, Francisco Pinheiro levou adiante outros carregamentos de negros da África para a América lusa, em pelo menos mais duas oportunidades: em 1718 e 1719. Em 1718, foram computados prejuízos como o negócio negreiro devido:

a grande mortandade de escravos tanto em Angola como na viagem e também na Bahia deixaram todos perdidos [...] como An.to Pr.a Reia que se ausentou assim que chegou a esta Bahia e não pagou a ninguém. Agostinho Friz Barbosa que em Angolla lhe morreram 57 cabeças de que se ausentou e assinou compromisso para pagar em 5 anos [...]Joao Friz de Miranda também no mesmo dia e chegou a B.a se ausentou e daí se passou para o Rio de Janeiro ocultamente [...] mandei sentença para cobra-lo (LISANTI Filho: 1973, vol. 1, p. 93).

Em 1719, novas perdas; pois os “holandeses apanharam todas as embarcações que entraram na Costa da Mina” (LISANTI Filho: 1973, vol. 2, p. 190), assim como o seu comissário Raimundo Pereira de Araújo, que havia ido para a África buscar escravos, escafedeu-se. Tal como já havia ocorrido com Cubellos, Francisco Pinheiro encarregou os seus comissários no Rio de Janeiro, Francisco Muzzi e Luís Álvares Pretto, que fossem ao enalço de informações sobre esse carregamento de Raimundo Pereira de Araújo. Muzzi e Pretto foram consultar o livro de escravos despachados da Alfândega do Rio de Janeiro a fim de verificar se havia sido registrada no livro alguma carga de escravos despachados por Raimundo Pereira de Araújo. Nada encontrando, Muzzi e Pretto informam Francisco Pinheiro que “ele [Raimundo] com elas [as peças escravas] correu” (LISANTI Filho: 1973, vol. 2, p. 228).

Mesmo com essas perdas envolvendo operações no comércio de escravos – operações certamente de vulto – Francisco Pinheiro ainda era levado a responder às incitações de João Francisco Muzzi para que aproveitasse do comércio de escravos com boa fonte de ganhos, visto que no Rio de Janeiro “é de negros, em particular da Costa da Mina que em dois dias reduz-se logo e dinheiro de contado sem detença nem fiar coisa alguma, como conseguiram dois navios que a esta chegaram o mês passado” (LISANTI Filho: 1973, vol. 2, p. 190). De Lisboa – carta datada de 20/03/1722 – Francisco Pinheiro dizia que estava interessado nessas operações e buscava quem a ele quisesse se associar, uma vez que Paulus Hieronimo Médici e Egneas Beroardi, com que mantinha normalmente relações comerciais, “me respondem que não querem se interessar em negocio de carne humana [...] e tambem porque este ano não se satisfizeram muito das remessas que VM fizeram, pois não queriam fazer novo emprego com o cabedal que de la veio” (LISANTI Filho: 1973, vol. 5, p. 9). Em outra carta, escrita desta vez a Luis Alves Preto – que lhe havia dito que “o negocio mais certo dessa terra é em negros da Costa da Mina que por muitos que venham sempre se vendem a dinheiro de contado logo” (LISANTI Filho: 1973, vol. 1, p. 93) - dizia Francisco Pinheiro que tinha dificuldades em participar do comércio da Costa da Mina, visto que aqueles com quem tinha “negocio fogem de semelhante negociação com he a de prettos” (LISANTI Filho: 1973, vol. 5, p. 77).

Já os agentes de Francisco Pinheiro localizados na Capitania de Minas lhe informavam que estava havendo um refluxo da demanda por escravos naquela região. Notadamente Francisco da Cruz, que havia se estabelecido em Sabará em 28 de abril de 1725, reclamava que nas minas, mais especificamente em Vila Real, “o pior de tudo hera ha venda q. se havião de fazer de tais negros pois se vendem nesta terra com a espera de hum anno dahi p.^a sima, e no cabo tornão a engeita los, pagando se som.te os dias, de seviço delles” (LISANTI Filho: 1973, vol. 1, p. 312).

A partir dessa carta, não há mais informação sobre o envolvimento de Francisco Pinheiro no tráfico de africanos para a América lusitana. O negócio com escravos, ao que tudo indica, representava ganho substancial; porém, os crescentes riscos, dificuldades, aporte de capital e experiência ao qual essa operação comercial encetava, levaram Francisco Pinheiro a se afastar desse rendoso negócio.

4-Considerações Finais

Ainda que delimitado a um estudo de caso (as atividades do comerciante lisboeta Francisco Pinheiro no negócio de escravos), não encontramos nas fontes primárias os dados

suficientes para aferirmos se de fato a atividade tráfico de africanos para a América lusitana permitia aos traficantes obter grandes lucros. Também não há indícios fortes do grau de influência e governo da Metrópole sobre as atividades mercantis realizadas nas suas possessões, especialmente na América lusitana. Não há elementos para afirmarmos que a forma de organização mercantil nos dois lados do Atlântico – América e África lusitana – definiram relações que se estabeleceram com um caráter de exclusividade. Ou seja, não há elementos empíricos suficientes para afirmarmos da existência de um controle político do mercado através das ações do Estado lusitano, pelo qual somente era permitido aos mercadores portugueses negociarem em terras do Império lusófono. Deste modo, não há como dizer que os mercadores lusos tornaram-se os únicos detentores do lucro, e que o espaço econômico colonial tinha como fim enriquecer diretamente os negociantes portugueses e indiretamente o Estado luso.

Do mesmo modo, nos parece um exagero afirmar que em todos os ramos da atividade social das Colônias portuguesas, se sentia a ação contínua e minuciosa da pesada máquina administrativa de Lisboa através do Conselho Ultramarino, o antigo Conselho das Índias (a Casa da Mina ou Casa da Guiné), que dirigia as possessões de além-mar em todos os casos civis, militares e religiosos. O que se percebeu foi o uso da administração tributária lusitana pelos comerciantes de grosso trato a fim de controlar o fluxo de mercadorias empreendidas pelos seus comissários volantes localizados nos mais diversos pontos compreendidos no espaço econômico do Atlântico Sul.

Por fim, quanto à forma como os indivíduos escravos foram indicados na documentação: era configurado como coisa, dentre as demais coisas. A total reificação deles, era como se os escravos de fato não fossem pessoas, mas objetos a serem transacionados e trocados por meio de um equivalente geral – sendo que o próprio escravo era tido como a única propriedade privada na própria África (THORNTON: 2004, pp. 122-152).

6-Referências Bibliográficas

ALENCASTRO (2000), Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes*. A formação do Brasil no atlântico sul, séculos XVI-XVII. São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (2006). As populações africanas no Brasil. Texto redigido para o capítulo relativo às “Populações Africanas no Brasil” que integrou o “Plano Nacional de Cultura”, apresentado ao Congresso em 15/12/2006 pelo ministro da Cultura, Gilberto Gil.

BICALHO (2003), Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira e SILVA, Daniel Domingues da (2004). Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX), *Afro-Ásia*, 31 (2004), 83-126.

FURTADO (2006), Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. 2º ed. São Paulo: Hucitec.

HONDA (2004), Laércio. *Francisco Pinheiro: as atividades de um comerciante de grosso trato na América Portuguesa (1703-1749)*. Campinas: Unicamp, IE, Dissertação de Mestrado em História Econômica.

LISANTI Filho (1973), Luís. *Negócios coloniais* (Uma correspondência comercial do século XVIII). Brasília: Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão Editorial, 5 v. ilustr.

MATHIAS (2007), Carlos Leonardo Kolmer. No exercício de atividades comerciais, na busca da governabilidade: D. Pedro de Almeida e sua rede de potentados nas minas do ouro durante as duas primeiras décadas do século XVIII, in: RIBEIRO, João Luís; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (orgs.). *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

NOVAIS (1974), Fernando A. Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial (séculos XVI-XVIII). São Paulo, *Cadernos CEBRAP*: Brasiliense, nº 17; depois segundo capítulo do livro *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 4ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

THORNTON (2004), John K. *A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico, 1400-1800*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campos.